

|                          |                  |
|--------------------------|------------------|
| Veículo: Bahia Econômica | Online           |
| Data: 17/09/2019         | Coluna: Economia |



## GOVERNADORES DO NORDESTE PROPÕEM REFORMA TRIBUTÁRIA COM FOCO NA JUSTIÇA FISCAL



17 Setembro, 2019

Os governadores de todos os estados que compõem a região nordeste do Brasil anunciaram ontem (16), após encontro em Natal, no Rio Grande do Norte, que apoiam uma proposta de reforma tributária que trate da questão da justiça fiscal e diminua a regressividade do atual sistema. Baseados na Reforma Tributária Solidária, um movimento suprapartidário escrito por mais de 40 especialistas e encabeçado pela Fenafisco (Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital) e pela Anfip (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil), os governadores tornaram pública uma carta na qual reforçam a importância do uso da tributação como instrumento para a diminuição da desigualdade social no País.

“Acreditamos que temos, diante de nós, uma oportunidade histórica de avançar. Para isso, é necessário reformar a regressividade de nosso sistema tributário, instituindo a tributação progressiva sobre renda e patrimônio dos modelos praticados pelas economias mais desenvolvidas, fortalecer os Fundos Regionais, bem como preservar os mecanismos de financiamento do Estado Social de 1988, tal qual prevê o projeto de Reforma Tributária Sustentável, Justa e Solidária, de forma a redistribuir renda para fomentar a demanda interna, requisito para o crescimento econômico e justiça fiscal”, aponta o documento.

Segundo o presidente da Fenafisco, Charles Alcantara, esta é a primeira alternativa de reforma tributária atual que trata do principal problema do sistema, a sua regressividade. “Temos muitas propostas no Congresso, mas nenhuma delas traz soluções para mudar a triste realidade: hoje no Brasil, quem ganha mais paga menos e quem ganha menos paga mais tributos. Para se ter ideia, o Imposto de Renda de Pessoa Física isenta 70% da renda de quem ganha mais de 240 salários mínimos. Enquanto uma pessoa com rendimentos de 5 salários não encontra esses descontos, afora os impostos sobre o consumo, que pesam mais sobre os que ganham menos”, afirma.

Além da questão social, a carta dos governadores também reconhece a importância da simplificação na tributação sobre o consumo, apoiando a proposta de construção unânime dos Secretários de Fazenda dos Estados no Comsefaz (Comitê Nacional de Secretários Estaduais da Fazenda).

# Tribuna

Coluna    
**ESPLANADA**  
LEANDRO MAZZINI

## TESOURO SOCORRE ESTADOS INADIMPLENTES

A Secretaria do Tesouro Nacional teve que arcar, em agosto, com mais de R\$633 milhões em dívidas de estados que estão com as contas no vermelho. Foram R\$ 190,79 milhões relativos a inadimplências do estado do Rio de Janeiro, R\$ 198,69 milhões de Minas Gerais, R\$ 233,94 milhões de Goiás e R\$ 10,29 milhões do Rio Grande do Norte. No acumulado de janeiro a agosto deste ano, a União, por meio do Tesouro, já desembolsou R\$ 5,25 bilhões para pagar dívidas dos estados.

**Série**  
O valor já supera os R\$ 4,82 bilhões acumulados no ano passado, o que significa que o total em 2019 será o maior da série histórica, iniciada em 2016.

**Petróleo**  
Das 17 empresas inscritas para participar da 16ª Rodada de Licitações da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), apenas duas (Enauta e

# A TARDE

O jornal de toda Bahia

**CRISTIAN FAVARO**

Estadão Conteúdo, Brasília

Postos de combustíveis que adotarem práticas abusivas de preço na esteira da crise do petróleo podem ser penalizados, afirmou a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), em nota. Diante da crise na commodity após o ataque à Saudi Aramco, na Arábia Saudita, consumidores relataram à imprensa que alguns postos já estavam elevando os preços. A prática seguiria na contramão da decisão da Petrobras de não elevar o preço dos combustíveis nas suas refinarias.

Em nota, a ANP disse que faz uma pesquisa semanal de preços e fiscalizações no mercado de combustíveis. "Identificando distorções, como preços abusivos ou indícios de cartel, (a ANP) faz estudos de concentração econômica e também ações de campo para constatar se os preços são, de fato, abusivos", afirmou.

Segundo a agência, caso se constatem indícios de concentração econômica, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) tem a atribuição legal de investigar e punir esse tipo de irregularidade, para abertura de processo. "Diante de preços abusivos, a ANP atua em conjunto com os Procons para penalizar os infratores".

## Denúncias

Reportagem da CBN que contou com a participação do diretor-geral da ANP, Décio Oddone, apontou denúncias de ouvintes de que postos de combustível já estavam aumentando os valores ante o turbilhão no mercado do petróleo. Oddone afirmou que tal prática é possível, reiterando que no mercado brasileiro os preços são livres, mas que não vê motivo para tal, uma vez que "não vai faltar petróleo".

**EFEITO ARÁBIA** Agência Nacional do Petróleo (ANP) informou ontem que está fiscalizando estabelecimentos que elevaram preços na esteira da crise mundial

## Postos com preços abusivos podem ser penalizados



Marcelo Camargo / Ag. Brasil / # 6.2017

Consumidores denunciaram que postos já estavam aumentando preços ante o turbilhão no mercado externo

**Petrobras informou que não deverá repassar imediatamente os aumentos para o consumidor**

Segundo Oddone, até o momento, a agência não identificou alteração de preços nos combustíveis em decorrência do aumento do petróleo no mercado internacional.

Apesar da disparada do preço do petróleo ontem por causa dos ataques às refinarias da Arábia Saudita, a Petrobras informou que não deverá repassar imediatamente os aumentos para o

consumidor brasileiro. A estatal vai avaliar o comportamento do preço do petróleo nos próximos dias para depois decidir se irá revisar os preços dos combustíveis no Brasil. Na prática, significa que, por ora, a petroleira vai segurar os preços dos combustíveis.

O presidente Jair Bolsonaro ligou para o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, em busca de escla-

recimentos sobre a situação do setor, disseram fontes da companhia. O executivo informou que não haverá repasse imediato nos preços dos combustíveis e que vai continuar seguindo sua política de paridade de preços.

A ideia da estatal é dar continuidade à política atual, que atrela os preços às cotações no mercado internacional, com repasses à

medida em que há mudança de patamar dos valores. Nesta segunda a cotação do petróleo chegou a subir mais de 20% - a maior desde 1991, época da Guerra do Golfo. No fim do dia, o preço do barril fechou em alta de 14,67% em Nova York, a US\$ 62,90. Em Londres, a alta foi de 14,61%, a US\$ 69,02.

## Investidores

A preocupação de especialistas e investidores é que a empresa seja usada, novamente, para atender às demandas do governo, como aconteceu no passado para segurar a inflação. A companhia mantém os preços dos combustíveis inalterados apesar das oscilações externas, o que gerou um rombo no caixa da companhia.

Se o mercado perceber que a mesma prática está sendo adotada pela gestão atual, seu programa de venda de refinarias será afetado, porque nenhuma empresa terá interesse em fazer parte de um setor comandado por interesses políticos e não econômicos.

A notícia de não repasse imediato pode não ser bem recebida pelo mercado e reverter os ganhos que a empresa teve nesta segunda na Bolsa. As ações ordinárias da petroleira subiram 4,52% e as preferenciais, 4,39%. O movimento fez a estatal ganhar R\$ 16 bilhões em valor de mercado.

"Se essa alta não for repassada, por causa da pressão dos caminhoneiros, a imagem da Petrobras pode ser afetada. Ou seja, a governança da petroleira está em jogo", disse Luis Sales, analista da Guide Investimentos.

No primeiro semestre, o presidente Jair Bolsonaro chegou a acionar o presidente da companhia, Roberto Castello Branco, para intervir na política de preços da companhia, que acabou castigada por investidores.

# Satélite



*Os bastidores da política baiana*

**POR** JAIRO COSTA JÚNIOR

 [jairo.junior@redebahia.com.br](mailto:jairo.junior@redebahia.com.br)

 @satelite

**●● O nosso deadline é novembro na conferência do partido. Agora, não existe disputa interna. O que nós estamos discutindo é a candidatura que contribui para o projeto de 2020 e 2022**

**Davidson Magalhães**

Presidente estadual do PCdoB, sobre o eventual candidato do partido à prefeitura de Salvador, em entrevista ao Bahia Notícias

## Primeira berlinda

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) marcou para terça-feira que vem o julgamento da denúncia contra cinco desembargadores e um juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (TRT) investigados pela Operação Injusta Causa, deflagrada para apurar um suposto esquema de venda de decisões na Corte. Todos os magistrados respondem a processo administrativo disciplinar movido pela Corregedoria do CNJ, a pedido do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Entre eles, os quatro desembargadores que foram alvos de mandados de busca e apreensão cumpridos pela Polícia Federal, quarta-feira passada, na sede do TRT, em Nazaré: Maria Adna Aguiar do Nascimento, ex-presidente do tribunal, Esequias Pereira de Oliveira, Washington Gutemberg Pires Ribeiro e Norberto Frerichs.

### DOIS A MAIS

Na mira do CNJ, estão ainda a desembargadora Maria das Graças Oliva Boness e o juiz Thiago Barbosa Ferraz de Andrade, ambos citados no inquérito da Injusta Causa.

## Radar ligado

O presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Gildásio Penedo Filho, autorizou a abertura de uma auditoria especial voltada a apurar indícios de irregularidades na concessão para explorar e construir o Novo Terminal Rodoviário de Salvador em Águas Claras. Vencida pelo Consórcio CTRS, formado pelas empresas Sinart e AJJ Participações, a licitação foi questionada pelo procurador do Ministério Público de Contas junto ao TCE, Maurício Caleffi. Após analisar detalhes apresentados por Caleffi, Penedo Filho disse haver elementos suficientes para instaurar a auditoria sobre o processo licitatório conduzido pela Agerba, agência do governo do estado que regula serviços de transporte público na Bahia.

## Barreira prévia

Além de cair no radar do TCE, o projeto para erguer a nova rodoviária às margens da BR-324 esbarra em um impasse sobre a posse do terreno escolhido para abrigar o futuro terminal. A prefeitura alega que 35% da área pertence ao município, enquanto o governo do estado garante ser único proprietário do terreno desapropriado, pelo qual pagou R\$ 60 milhões por meio de uma transação contestada na Justiça.

## Papel invertido

A votação do projeto de lei que concede reajuste aos servidores estaduais com remuneração básica abaixo do salário mínimo, aprovado ontem pela Assembleia Legislativa, só não caiu por causa da bancada de oposição. No momento em que a proposta foi submetida à apreciação, boa parte do bloco governista estava fora do plenário. Com isso, coube aos deputados oposicionistas assegurarem o quórum para evitar a derrubada da sessão.

## Lugar na fila

O Supremo Tribunal Federal (STF) ordenou a inclusão do processo criminal contra o ex-ministro Geddel Vieira Lima (MDB), referente ao bunker de R\$ 51 milhões, na pauta de julgamentos da Segunda Turma da Corte, responsável pelos casos da Lava Jato. A data, contudo, ainda não foi marcada.

# Mais\*

HOJE, 21% DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)  
FEIRENSE É PROVENIENTE DO SETOR INDUSTRIAL



DIPULGAÇÃO

## FEIRA TAMBÉM TEM INDÚSTRIA

Feira de Santana conta hoje com um parque industrial diversificado e que emprega mais de 20 mil pessoas

**Donaldson Gomes**  
EDITOR  
@donaldsongomes

Que ninguém se engane, nem só de comércio vive a segunda maior cidade baiana e a maior do interior nordestino. É verdade que 78% da economia de Feira de Santana é comércio, mas ano após ano a indústria da cidade, com mais de 600 mil habitantes, vem ganhando destaque no estado. Hoje, 21% do Produto Interno Bruto (PIB) feirense é proveniente da indústria.

Em uma década, a economia da cidade que está a 116 quilômetros de Salvador, passou de uma participação de 3,99% no total da Bahia para 5,07%, de acordo com dados do IBGE. No mesmo período, a indústria

**Economia**  
Segunda maior cidade da Bahia experimenta um período de crescimento da atividade industrial nos últimos anos

feirense alcançou um PIB de R\$ 2,3 bilhões e aumentou em 47% sua participação no setor em nível estadual, alcançando 4,31% do total.

“Feira de Santana tem uma indústria com vários tipos diferentes de produção. Então, quando uma coisa cai muito, sempre vai ter outra que vai se garantir”, diz o vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb), João Baptista Ferreira. Para ele, o desempenho da atividade não aparece tanto para o grande público por conta da pujança do setor comercial.

“O setor de comércio e serviços cresceu assustadoramente, aumentando a participação em relação ao que se via lá atrás, mas a indústria também tem crescido. O PIB da indústria é menor que o do comércio não porque há uma

queda, mas porque o ritmo do comércio é muito intenso”, acrescenta Ferreira.

### PERFIL DAS EMPRESAS

O vice-presidente da Fieb destaca ainda que parte significativa do crescimento industrial se dá com a chegada de pequenas indústrias. “Há algum tempo que não se tem a chegada de grandes indústrias, mas as de pequeno porte tem aparecido e sustentado a expansão da atividade”.

Entre as grandes, ele destaca a presença de uma fábrica de pneus da Pirelli, que, destaca ele, “exporta 40% de tudo o que produz”. Além disso, ele lembra da presença da Nestlé que tem na cidade um grande centro de distribuição. “A partir de Feira de Santana é possível se atender todo o Nordeste”, ressalta. Para ele, este é um

forte fator para a atração de empresas para a região.

“Só este ano, assinamos cinco novos protocolos de intenções para implantações de empresas em Feira. Juntos, esses empreendimentos podem gerar 775 empregos diretos, com investimentos previstos na ordem de R\$ 114 milhões. Isto prova o foco do Governo do Estado em levar o desenvolvimento e gerar emprego para os baianos em todas as regiões do estado”, destaca João Leão, vice-governador e secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado da Bahia.

Entre 2016 e 2019, a SDE calcula ter concedido incentivos fiscais que viabilizaram R\$ 1,2 bilhão em investimentos, além da geração de mais de 10 mil empregos diretos. Ainda segundo a SDE, encontram-se em processo de implantação ou modernização 67 empresas, que vão gerar R\$ 557 milhões em investimentos e gerar 5 mil novos empregos.

Para o presidente do Centro das Indústrias de Feira de Santana, André Regis Andrade, a localização faz de Feira de Santana um destino privilegiado para investimentos industriais. “Feira tem uma característica muito forte, que é a sua localização estratégica, pois favorece tanto a chegada de matéria-prima, quanto o escoamento da produção”, diz.

A indústria têxtil e de alimentos são as que concentram o maior número de empresas industriais no município baiano, de acordo com dados da Fieb. A indústria alimentícia é também a responsável pela geração do maior número de empregos no setor, respondendo por pouco mais de 3,6 mil postos de trabalho diretos. A estimativa é de que a indústria feirense empregue aproximadamente 22 mil pessoas.

“Nós possuímos algumas empresas na área alimentícia. A cidade está localizada próxima de áreas produtoras de frutas, além de outros insumos muito importantes”, explica Andrade. A mão de obra qualificada e a estrutura da cidade são outras condições que na opinião dele favorecem a implantação de novos investimentos. “A estrutura da cidade melhorou muito nos últimos anos. A qualidade de vida da cidade é um fator importante para atrair investimentos”, afirma.

### UM POUCO DA HISTÓRIA DA PRINCESA DO SERTÃO

**Hoje** Feira de Santana é um município brasileiro do estado da Bahia, situado a 107 km de sua capital, Salvador, à qual se liga através da BR-324. Tem mais de 600 mil habitantes e responde por 5,07% do PIB baiano. Feira é a segunda cidade mais populosa do estado e maior cidade do interior nordestino.

**Princesa do Sertão** Ganhou de Ruy Barbosa, o Águia de Haila, a alcunha de “Princesa do Sertão”, apesar de geograficamente estar localizada no agreste baiano. A cidade encontra-se num dos principais entroncamentos de rodovias do Nordeste brasileiro, é onde ocorre o encontro das BRs 101, 116 e 324.

**O começo** Em meados do século XVIII, os donos da Fazenda Sant'Anna dos Olhos D'Água, Domingos Barbosa de Araújo e Anna Brandão, construíram uma Capela para Nossa Senhora Sant'Anna. Esta, pela localização, passou a ser ponto de referência para aqueles que trafegavam naquela região.

**A feira...** No final do século XVIII, o desenvolvimento do comércio deu origem a uma feira, que acabou por se transformar em um centro de negócios. Com o grande número de feirantes, o povoado foi forçado a progredir. Ruas foram abertas, facilitando o trânsito e lojas começaram a aparecer em grande número.

## ECONOMIA DE FEIRA DE SANTANA



**Violência Familiares acusam a Polícia Militar pela morte de estudante de 15 anos em Caminho de Areia** PAG. 22

## Área para crescer é o grande desafio na cidade

A disponibilidade de novas áreas para implantação de projetos ou a ampliação das unidades industriais já existentes é apontada como um dos grandes desafios para o crescimento da atividade industrial em Feira de Santana. “Faltam novas áreas e nós temos ainda dificuldades em relação à manutenção do parque industrial da cidade”, diz o presidente do Centro das Indústrias de Feira de Santana (CIS), André Regis Andrade.

Para o setor, a extinção da autarquia responsável pela gestão do CIS representa um desafio adicional para o setor. Sem a estrutura administrativa, as questões relacionadas à gestão do CIS precisam ser tratadas na Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), em Salvador. “Atualmente não temos uma interlocução local, isso dificulta. Antes o acesso era mais próximo, mais fácil. Dificulta muito a atração de novos investimentos e mesmo a manutenção dos atuais”, destaca Andrade.

Ele pede que se dê a importância devida para o setor industrial na cidade baiana. “Geração de empregos, renda, impostos e divisas, porque algumas empresas exportam, mostram a importância da nossa indústria. Se Feira receber a atenção devida e tiver uma política de fomento industrial adequada, a cidade teria um parque industrial maior e muito mais desenvolvido”.

Além da distância na hora de tratar de questões relacionadas ao CIS, o vice-presidente da Fieb, João Baptista Ferreira, diz que o encerramento da autarquia tem gerado até mesmo problemas de ordem mais prática. “Faltam limpeza e a manutenção dos acessos, muitas vezes”, aponta.

**Município** Em 1833, foram criados o município e a vila, que teve o seu território desmembrado do município de Cachoeira e constituído pelas freguesias de São José das Itaporocas, Sagrado Coração de Jesus do Perdão e Sant’Anna do Comissão, que atualmente é o município de Ipirá.

**Cidade** Passou a ser cidade em 1873, com o nome de Cidade Comercial de Feira de Santana. Em 1938, esta denominação foi simplificada para a sua atual nomenclatura, de Feira de Santana. Atualmente a 2ª maior cidade do estado tem como atividades econômicas comércio, serviços e a indústria.

**Transformações** Durante as décadas de 1931 e 1940, Feira de Santana passou por uma série de transformações que atuaram sobre o município, permitindo uma modernização de caráter, a princípio, econômico, a qual repercutiu sobre as feições agrárias que o município baiano possuía até então.

**Indústria** A partir dos anos 60, iniciou-se um processo de revitalização industrial. Foram criados o Centro das Indústrias de Feira de Santana (CIFS) e o Centro Industrial do Subaé (CIS), que mudaram a fisionomia ao município, colocando-o em posição de destaque entre as regiões mais industrializadas.

**Universidade** Um outro marco na história de Feira, foi a fundação da Universidade Estadual de Feira de Santana, em 1976, representando um passo a mais na caminhada do desenvolvimento para o município e sua região. Em 1977, a feira semanal foi transferida para um moderno centro de abastecimento.



# Guedes fala em fatiar reforma tributária para agradar à Câmara e ao Senado

Idiana Tomazelli, O Estado de S. Paulo

17 de setembro de 2019 | 22h37

BRASÍLIA - O ministro da Economia, **Paulo Guedes**, deu pistas do que pode ser a estratégia da equipe econômica para encaminhar sua reforma tributária sem desagradar à **Câmara dos Deputados** ou ao **Senado Federal**, que disputam o protagonismo na proposta de simplificação de impostos. A medição de forças entre as duas Casas tem colocado o governo numa saia-justa e até retardado o "timing" de envio da proposta.

Ministro da Economia, Paulo Guedes Foto: Jefferson Rudy/Agência Senado

Segundo o ministro, um imposto que unifique PIS, Cofins e IPI - chamado de **Imposto sobre Valor Agregado (IVA)** federal - deve ser enviado por meio da proposta que já tramita na Câmara. "Vamos mandar nosso IVA dual e esperar que Estados e municípios se acoplem", disse Guedes.

Já na proposta que tramita no Senado, inspirada no texto do ex-deputado Luiz Carlos Hauly, a ideia é trabalhar os **impostos seletivos, cobrados sobre produtos específicos**. O ministro, porém, disse que a intenção é diminuir o número de tributos seletivos em relação à proposta de Hauly. Pelo texto que está no Senado, haveria cobranças diferenciadas para os chamados produtos seletivos: bebidas alcólicas e não alcólicas, fumo, veículos, comunicações, energia elétrica, petróleo e gás natural. "Na proposta que está no Senado, vamos também trabalhar junto e mandar impostos seletivos", disse.

Guedes chegou a citar a formação de um "comitê conjunto" para a reforma tributária, mas não deu detalhes. "Vamos trabalhar com Câmara e Senado por uma proposta

conciliatória", disse. "Imagino que a discussão vá até o fim do ano, a seis mãos", acrescentou.

O ministro participou do **5.º Fórum Nacional do Comércio** em Brasília. No evento, ele fez questão de dizer que a proposta de reforma tributária do governo já está pronta e "não é a do Appy", em referência à proposta que tramita na Câmara, inspirada nos estudos do economista Bernard Appy, do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF).

### **Desoneração da folha de pagamento**

No evento, o ministro também disse que a equipe econômica segue determinada a reduzir os encargos sobre a folha de pagamento (os impostos cobrados das empresas sobre a folha de salário dos funcionários). Segundo ele, o governo tem um "enigma pela frente" porque precisa encontrar uma fonte de recursos para bancar essa desoneração, mas garantiu que o alívio às empresas (desejado para impulsionar a geração de empregos) segue nos planos. "Nós vamos atacar esse problema", garantiu em evento em Brasília.

"Precisamos de uma base tributária diferente, e queremos reduzir encargo trabalhista", afirmou Guedes. Segundo ele, o presidente Jair Bolsonaro está ciente dessa orientação da equipe econômica e "sabe que não podemos crescer elevando a alíquota do que está aí" para compensar a desoneração.

"Vamos pensar e fazer a coisa certa no devido tempo", disse o ministro. Para ele, o governo precisa encontrar uma forma de tributar quem hoje não está pagando imposto. "Vamos mexer nessa coisa de contribuição sobre a folha. Nós precisamos disso", afirmou.

Depois de Bolsonaro **sepultar a "nova CPMF"**, como vinha sendo chamado o imposto sobre transações financeiras que estava nos planos da equipe econômica para bancar a desoneração da folha, o ministro explicou que a ideia era "reduzir bastante as alíquotas" de contribuição sobre os salários. "Por isso estávamos considerando o novo imposto", disse.

Segundo Guedes, o novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA, que vai unificar tributos sobre consumo) poderia ser de 14% ou 15% caso o imposto sobre transações fosse



criado - em vez de 25%, como é a proposta da Câmara. Além disso, a contribuição sobre a folha de pagamento poderia cair a 13%, "talvez a 10%".

O ministro ainda fez menção ao **ex-secretário especial da Receita Federal Marcos Cintra**, que foi demitido em meio às críticas à nova CPMF e à pressão por uma reestruturação do órgão. "Morreu em combate nosso valente Cintra", disse. A uma plateia de varejistas, Guedes afirmou ainda que "para quem paga muitos encargos trabalhistas, Cintra deve ser figura simpática".

|                         |                   |
|-------------------------|-------------------|
| Veículo: Política Livre |                   |
| Data: 17/09/2019        | Caderno: Economia |

Raul Monteiro  
**POLÍTICALIVRE**  
A POLÍTICA LEVADA A SÉRIO

## Relator deixa desoneração de fora de parecer sobre reforma tributária

Foto: Waldemir Barreto/Agência Senado



O relator da reforma tributária no Senado, Roberto Rocha (PSDB-MA)

O relator da reforma tributária no Senado, Roberto Rocha (PSDB-MA), desistiu de propor a redução do imposto sobre a folha de salários na proposta. Ele decidiu dar andamento ao conteúdo da reforma independentemente da proposta a ser enviada pelo governo federal, que deve insistir na chamada desoneração da folha de pagamento. Hoje, as empresas pagam 20% sobre o total dos salários dos funcionários. A equipe econômica acredita que a desoneração da folha é uma medida necessária para a retomada do emprego porque ficaria mais barato contratar com carteira assinada. Rocha vai apresentar o relatório nesta quarta-feira, 18, na Comissão de Constituição e Justiça ao Senado (CCJ). A expectativa dele é que a reforma seja votada no colegiado em 15 dias e seja concluída pelo Senado em outubro. O relator no Senado defendia que seria necessário aumentar a alíquota do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), a ser criado com a reforma, para compensar a perda na arrecadação com a desoneração. A criação de um tributo nos moldes da CPMF, outra forma de equalização das perdas, perdeu força no governo e é rejeitada no Congresso. O relator também descartou propor a criação de um imposto como esse. “Eu ia colocar um comando constitucional, ou seja, o governo pode desonerar a folha com o IVA. Mas fomos verificar e não há necessidade disso, já está na Constituição. Não precisa colocar esse calor na discussão agora”, disse o senador ao Estadão/Broadcast. A elevação do IVA ou a CPMF, avalia, geraria críticas pelo fato de o Senado estar aumentando a carga tributária. O relator confirmou que vai propor a adoção um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, ou seja, uma parte com tributos federais e outra com impostos estaduais e municipais. A medida visa a atender uma demanda do governo federal, que defende uma composição de tributos federais e, ao mesmo tempo, incluir Estados e municípios na reforma. O texto do Senado cria o Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS) substituindo nove tributos: IPI, IOF, PIS/Pasep, Cofins, Salário-Educação, Cide-Combustíveis (todos federais), ICMS (estadual) e o ISS (municipal). Além disso, o projeto propõe o Imposto Seletivo para bens e serviços específicos, como combustíveis e energia elétrica. Roberto Rocha deixará no relatório a previsão de um fundo de equalização para compensar eventuais perdas de arrecadação com a reforma e um fundo de desenvolvimento regional. O parecer, de acordo com ele, vai trazer um comando constitucional para que o tamanho desses dispositivos seja definido por meio de lei complementar no futuro. “Os Estados e municípios estão todos contemplados”, declarou, garantindo que em cinco anos nenhum governo perderá arrecadação com as mudanças.

*Estadão Conteúdo*

## Estudamos alternativas à nova CPMF, afirma Guedes

Para ministro, imposto sobre transações era o “jeito de pegar” sonegadores

Por **Lu Aiko Otta** — De Brasília

18/09/2019 05h00 · Atualizado há 5 horas

---

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que o governo estuda uma forma de substituir o imposto sobre transações na proposta de reforma tributária elaborada pela equipe econômica. “O imposto sobre transações era o jeito de pegar quem não está pagando [sonegadores]. Vamos pensar em outro jeito”, afirmou ao discursar na abertura do IV Fórum Nacional do Comércio, em Brasília.

De acordo com ele, o imposto de transações poderia reduzir o IVA - imposto único em que governo pretende juntar PIS/Cofins e IPI - de 25% para 15%. “Poderíamos reduzir alíquotas do IR se tivesse o imposto de transações, poderia também desonerar folha de 20% para 13% ou 10%. Seria bom para o Congresso”, afirmou.

Guedes voltou a falar da proposta tributária preparada pelo governo que inclui o IVA dual e a opção para a adesão dos Estados e municípios. “Vamos mandar nosso IVA dual e vamos esperar que Estados e municípios acoplem.”

Ele disse ainda que não abandonou a ideia de ir em direção à capitalização. Ele observou que, a reforma da Previdência dá algum fôlego ao sistema, mas, com os regimes trabalhista e previdenciário existentes no Brasil, “nossos filhos terão problema”. A capitalização, na visão do ministro, é uma ideia boa e importante.

A uma plateia de empresários do setor de comércio, o ministro frisou que pretende manter o rumo durante os quatro anos de mandato do presidente Jair Bolsonaro. "Se o presidente for reeleito, serão oito anos nessa direção."

"O primeiro ano foi o mais difícil; ano que vem será mais suave e o ritmo de crescimento será o dobro", disse. "No terceiro anos a economia vai decolar e no quarto, estará voando", afirmou.

---

## Saiba Mais

---

Everardo vê risco de 'tempestade perfeita'

---

---

### Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

---

#### LINK PATROCINADO

Bariátrica em cápsula seca a gordura, tira o inchaço e vira febre em Salvador  
PHYTOPHEN CAPS

#### LINK PATROCINADO

Anti ronco simples e barato chega ao Brasil  
SILENT SNORE

#### LINK PATROCINADO

3 pares de sapato social mais carteira, por apenas R\$199,90. Venha conferir  
CALÇADOS GB

#### LINK PATROCINADO

Ilumine sua casa sem fios e sem gastar eletricidade  
LUMIMAX

#### LINK PATROCINADO

Nunca mais use esponjas de cozinha. Veja a melhor alternativa!  
MEGA LUVA

#### LINK PATROCINADO

Panela que não gruda nem ovo vira febre em Salvador

# Tesouro tem recursos para honrar 12 meses de vencimentos da dívida

Reserva tem por objetivo dar maior flexibilidade ao Tesouro para atuar no mercado em condições adversas e reduzir a volatilidade

Por **Edna Simão** — De Brasília

18/09/2019 05h00 · Atualizado há 5 horas

## Colchão de liquidez mais que confortável

Reserva está em um dos patamares mais altos da história



Fonte: Dados da conta única e cronograma de vencimento das dívidas do Tesouro Nacional

O Tesouro Nacional elevou gradualmente o chamado “colchão de liquidez” e chegou a ter recursos suficientes para honrar aproximadamente 12 meses de vencimento da dívida em títulos públicos. A reserva tem por objetivo dar maior flexibilidade ao

Tesouro para atuar no mercado em condições adversas e reduzir eventual volatilidade.

O colchão de liquidez se mantém hoje num dos maiores patamares da história, assim como aconteceu em 2017 e 2018, segundo técnicos da área econômica ouvidos pelo **Valor**. O elevado nível é resultado da antecipação pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de pagamento de empréstimo junto ao Tesouro e a contabilização dos resultados do Banco Central (BC). Como esses recursos, assim como o pagamento de prestação de renegociação de débitos com Estados, só podem ser utilizados para pagamento de dívida, o colchão acaba crescendo.

PUBLICIDADE



inRead invented by Teads

“O vencimento de dívida é pago com pagamento de empréstimo do BNDES. Se usei isso, economizei a fonte de emissão. Nem sempre fica muito claro qual fonte a gente usou”, explicou um outro técnico. Ao aumentar o colchão, o Tesouro, conforme fontes, evita um crescimento mais expressivo das operações compromissadas feitas pelo BC.

Com a aprovação de lei que altera a contabilização dos resultados do BC, no entanto, essa fonte deve deixar de contribuir para o aumento do colchão. “Não dá para afirmar que vai diminuir o colchão, mas não vamos ter essa ajuda que tivemos no passado”, explicou um técnico, acrescentando que, com o avanço das reformas, a tendência é trabalhar com um colchão da dívida mais reduzido.

Assim como em anos anteriores, o Plano Anual de Financiamento (PAF) de 2019 tem informado que o colchão da dívida seria suficiente para pagar vencimento, pelo menos, dos próximos seis meses, nível considerado confortável para a gestão do endividamento público. O cálculo do colchão de liquidez entre 2015 e 2018 foi feito com base nos dados da Conta Única da União e os vencimentos previstos para cada ano. Um técnico do governo ponderou que esse montante é uma “proxy”, já que os dados são sigilosos para não atrapalhar a estratégia de gestão da dívida traçada pelo Tesouro.

“É uma aproximação. Está crescendo e está confortável”, explicou. “Dez meses é uma boa referência. Estamos caminhando para ter algo em torno de oito e 10 meses”, complementou. Mas a avaliação, dentro do governo, é de que o patamar não é excessivo até porque 75% da dívida interna vence em cinco anos, ou seja, os vencimentos ainda são concentrados no curto prazo.

O tamanho da colchão da dívida é visto como positivo pois dá maior autonomia para o Tesouro atravessar momentos de incerteza e não tem impacto fiscal. No ano passado, com as incertezas provocadas pela disputa presidencial, o Tesouro fez leilões extraordinários e recomprou títulos.

Para o ex-secretário do Tesouro Nacional e economista-chefe do Banco Safra, Carlos Kawall, a preocupação seria ter uma reserva num patamar baixo, o que poderia elevar muito o custo de emissão do governo. Outro economista destacou que considera adequado um colchão de seis meses de vencimento e que o patamar mais expressivo não foi uma estratégia do Tesouro e sim algo involuntário devido à queda dos juros. “Não acredito que foi uma estratégia deliberada e sim consequência da conjuntura”, ressaltou uma fonte.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

### LINK PATROCINADO

Bariátrica em cápsula seca a gordura, tira o inchaço e vira febre em Salvador  
PHYTOPHEN CAPS

### LINK PATROCINADO

Anti ronco simples e barato chega ao Brasil

# Economistas fazem ressalvas a tratamento fiscal de choque

Para economistas, desvinculação orçamentária precisa ser mais bem discutida e desindexação total dificilmente passaria no Congresso

Por **Arícia Martins** — De São Paulo

18/09/2019 05h00 · Atualizado há 5 horas

---

A adoção de um “tratamento de choque” para ajustar as finanças públicas, em detrimento da abordagem “gradualista”, é vista com ressalvas. Para especialistas, a ideia - defendida em artigo de Carlos von Doellinger, presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), publicado na edição de ontem do **Valor** -, além de esbarrar na resistência política ao projeto, teria que ser mais bem desenhada. Também há quem questione a avaliação de que o ajuste fiscal em curso é gradual.

Doellinger afirma que a alternativa mais sensata seria a liberação imediata das “amarras” orçamentárias, começando pela atual indexação das despesas. Desvinculações e “desobrigações” também seriam urgentes, aponta o economista, fazendo coro com a proposta de reformulação do pacto federativo do ministro da Economia, Paulo Guedes.

Economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale concorda que é preciso avançar nas desvinculações, mas pondera que as medidas necessárias para cumprir o teto de gastos nos próximos anos podem ser impopulares - como reajustar o salário mínimo abaixo da inflação. “A questão é se há espaço político para construir uma desvinculação ampla ou se não valeria a pena discutir uma regra [de teto] melhor que a atual”, diz Vale, para quem manter o teto nos moldes atuais exige desindexações que o governo não vai conseguir fazer.



Fabio Klein, especialista em finanças públicas da Tendências Consultoria, avalia que os “3ds” - desvinculação, desobrigação e desindexação total do Orçamento - fazem sentido, mas questiona a viabilidade política da estratégia, quase “revolucionária”. É mais plausível, em sua visão, reduzir as amarras no Orçamento por meio de medidas mais fragmentadas em diferentes áreas, como a revisão da regra de reajuste do mínimo e as reformas tributária e administrativa.

Klein lembra ainda que o ajuste fiscal vem ocorrendo desde 2015, não o considerando gradualista. A regra do teto é dura e a reforma da Previdência deve gerar economia entre R\$ 800 bilhões e 900 bilhões, acima do previsto há alguns meses, diz ele, que também destaca medidas anteriores ao governo atual, como a substituição da TJLP pela TLP, o fim do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), do BNDES, e mudanças nas regras de concessão de abono salarial e seguro-desemprego.

Para José Márcio Camargo, professor da PUC-Rio e economista-chefe da Genial Investimentos, o governo Bolsonaro está fazendo o ajuste possível, dadas as amarras no Orçamento, uma vez que 95% das despesas são obrigatórias. “A ideia do teto era criar incentivos para que o Congresso e a sociedade demandassem desvinculação das despesas”, diz Camargo. Essa discussão ganhou força agora.

Segundo o economista, quanto mais rápido for implementado o pacto federativo, melhor, mas a proposta esbarra na vontade política para aprová-la. “Há grupos com recursos indexados e vinculados que são contrários.”

Já o economista-chefe do banco Fator, José Francisco de Lima Gonçalves, considera temerário desvincular todo o Orçamento. “Existem despesas obrigatórias que podem ser revistas, mas sou frontalmente contra zerar tudo. Esse tipo de alteração nas despesas precisa ser pensada”, defende Gonçalves, que é favorável à manutenção de reajustes acima da inflação no salário mínimo, e também de mínimos constitucionais para que os programas de saúde e educação sejam executados.

Sobre o gradualismo do ajuste, Gonçalves aponta que a reforma da Previdência ainda não saiu do papel, e que a regra do teto é do governo Michel Temer. “Está devagar.”

# STJ deixa para o Supremo definir qual ICMS deve ser retirado do PIS/Cofins

Ministros de duas turmas do tribunal consideram a questão constitucional

Por **Beatriz Olivon** — De Brasília

18/09/2019 05h00 · Atualizado há 6 horas



A 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu ontem que cabe ao Supremo Tribunal Federal (STF) definir o valor do ICMS a ser retirado da base de cálculo do PIS e da Cofins - o declarado ou o efetivamente pago. Os ministros consideraram a questão constitucional, assim como os integrantes da 2ª Turma em julgamento no início do mês, o que encerra a discussão no STJ.

Há cerca de três mil processos sobre ICMS na base do PIS e da Cofins no STJ e mais dois mil devem chegar até o fim do mês, segundo o procurador Péricles Pereira de Sousa, da Fazenda Nacional. No julgamento, os ministros da 1ª Turma foram menos enfáticos que os da 2ª Turma sobre o viés constitucional, mas manifestaram desconforto em julgar o assunto.

A questão poderá ser tratada no julgamento dos embargos de declaração apresentados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) no Supremo. A sessão está marcada para o dia 5 de dezembro.

A PGFN considera que, além da data inicial de aplicação da decisão que excluiu o ICMS do cálculo das contribuições sociais, ficou pendente no julgamento de 2017 a definição de qual imposto que deve ser retirado do cálculo. Os contribuintes defendem o destacado em nota fiscal. A Receita Federal, o critério contábil, que é mais próximo do efetivamente recolhido, geralmente menor.

A questão tem impacto direto sobre os valores que estão envolvidos na disputa que pode chegar a R\$ 250 bilhões. O ICMS que consta na nota fiscal nem sempre é o efetivamente pago pelo contribuinte, por causa da regra da não cumulatividade.

No país, são cerca de 30 mil ações sobre o assunto, segundo a PGFN, incluindo as que já transitaram em julgado. Para suspender o andamento dos processos até a palavra final do STF, o órgão tem se manifestado nos julgamentos realizados no STJ.

No começo do mês, a 2ª Turma decidiu que cabe ao STF definir o tema. O relator, ministro Mauro Campbell Marques, afirmou que o assunto é constitucional e, por isso, não cabe julgamento pelo STJ.

Ontem o tema foi novamente analisado, mas na 1ª Turma (REsp 1508155). O procurador Péricles Pereira de Souza afirmou na sustentação oral que o caso já está pautado para julgamento no Supremo. Além disso, citou decisões monocráticas de seis relatores diferentes no STF pedindo a suspensão dos processos sobre o assunto.

O procurador manifestou preocupação de que aconteça com essa tese o mesmo que ocorreu com o crédito-prêmio de IPI - em que a liquidação dos julgados demorou quase 20 anos. Por isso, a PGFN pediu a suspensão do processo ou retirada de pauta.

O relator na 1ª Turma, ministro Gurgel de Faria, destacou que quando o Supremo examina um tema em repercussão geral a orientação é que os efeitos da decisão sejam observados independentemente de embargos de declaração. “O que se discute aqui são os efeitos e até liquidação do caso, mas o tema é objeto de debate nos embargos de declaração do Supremo, que estão pendentes”, disse.

Não há garantia de que a questão será julgada em dezembro, segundo Gurgel de Faria. Mas em respeito ao STF e à parte, afirmou que considera o tema constitucional. “Por ora, sei que o STF pode até falar que a matéria é infraconstitucional. Mas enquanto está nos embargos de declaração eu não tenho como dizer [que é infraconstitucional].”

A ministra Regina Helena Costa disse que não está julgando os processos que chegam sobre o tema e, por isso, tem 215 casos parados em seu gabinete. Ela acredita que a questão nem é totalmente constitucional e que o Supremo pode não examiná-la. Porém, entende que o STJ não deve analisá-la enquanto os embargos estiverem aguardando análise. O ministro Sérgio Kukina seguiu o relator.

Os ministros Napoleão Nunes Maia Filho e Benedito Gonçalves ficaram vencidos. Maia Filho pediu a suspensão do julgamento até que conclua se indicará o tema como repetitivo para a 1ª Seção - a partir da indicação, são necessários cinco votos dos nove do colegiado para o julgamento. “Certamente vão afetar, acredito que sim”, afirmou. O ministro tem 60 dias, contados do dia 6, para definir a questão.

A possibilidade de julgamento de repetitivo surgiu quando o ministro Paulo de Tarso Sanseverino, presidente da Comissão Gestora de Precedentes do STJ, atendendo a

pedido da PGFN, destacou quatro recursos que poderiam ser analisados e, assim, serviriam de orientação para as instâncias inferiores.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

---

### LINK PATROCINADO

Anti ronco simples e barato chega ao Brasil

SILENT SNORE

### LINK PATROCINADO

Tudo que você precisa saber para emagrecer está aqui

PHYTOPOWER CAPS

### LINK PATROCINADO

Nunca mais use esponjas de cozinha. Veja a melhor alternativa!

MEGA LUVA

### LINK PATROCINADO

3 pares de sapato social mais carteira, por apenas R\$199,90. Venha conferir

CALÇADOS GB

### LINK PATROCINADO

Ilumine sua casa sem fios e sem gastar eletricidade

LUMIMAX

### LINK PATROCINADO

Tênis Caterpillar em couro legítimo em até 6x sem juros. Compre com comodidade

ZARB CALÇADOS

---

## Mais do Valor Econômico

### Trabalho informal sustenta crescimento da massa salarial no país, diz Ipea

Os empregos informais têm sido apontados por parte dos economistas como um dos fatores por trás do lento ritmo de recuperação da economia

# Tesouro tem recursos para honrar 12 meses de vencimentos da dívida

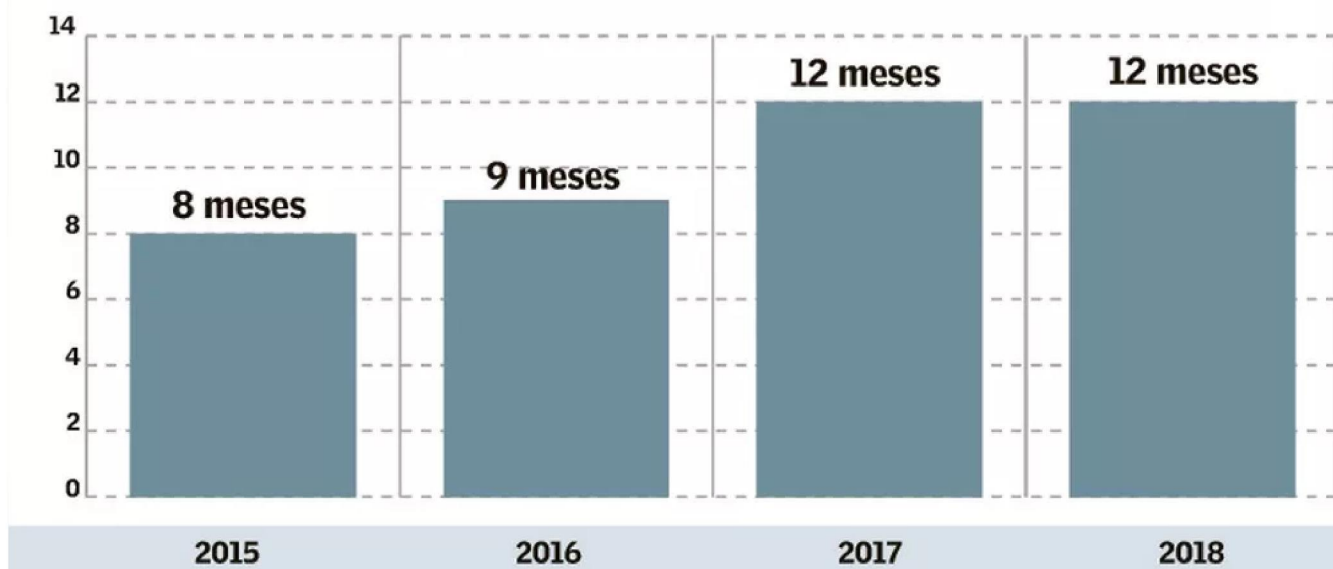
Reserva tem por objetivo dar maior flexibilidade ao Tesouro para atuar no mercado em condições adversas e reduzir a volatilidade

Por **Edna Simão** — De Brasília

18/09/2019 05h00 · Atualizado há 5 horas

## Colchão de liquidez mais que confortável

Reserva está em um dos patamares mais altos da história



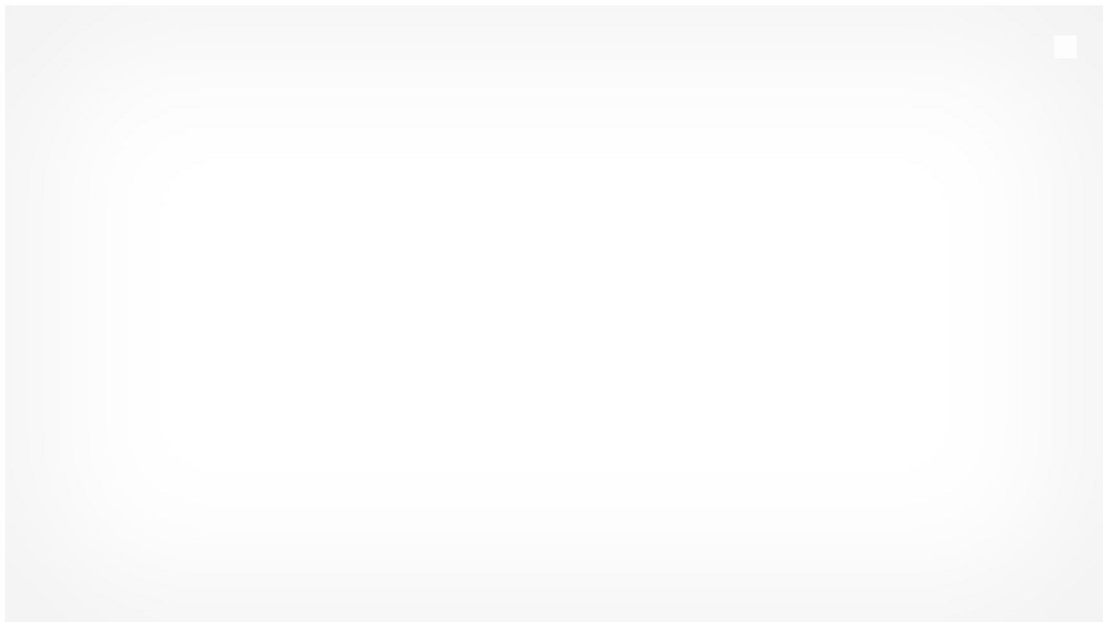
Fonte: Dados da conta única e cronograma de vencimento das dívidas do Tesouro Nacional

O Tesouro Nacional elevou gradualmente o chamado “colchão de liquidez” e chegou a ter recursos suficientes para honrar aproximadamente 12 meses de vencimento da dívida em títulos públicos. A reserva tem por objetivo dar maior flexibilidade ao

Tesouro para atuar no mercado em condições adversas e reduzir eventual volatilidade.

O colchão de liquidez se mantém hoje num dos maiores patamares da história, assim como aconteceu em 2017 e 2018, segundo técnicos da área econômica ouvidos pelo **Valor**. O elevado nível é resultado da antecipação pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de pagamento de empréstimo junto ao Tesouro e a contabilização dos resultados do Banco Central (BC). Como esses recursos, assim como o pagamento de prestação de renegociação de débitos com Estados, só podem ser utilizados para pagamento de dívida, o colchão acaba crescendo.

PUBLICIDADE



inRead invented by Teads

“O vencimento de dívida é pago com pagamento de empréstimo do BNDES. Se usei isso, economizei a fonte de emissão. Nem sempre fica muito claro qual fonte a gente usou”, explicou um outro técnico. Ao aumentar o colchão, o Tesouro, conforme fontes, evita um crescimento mais expressivo das operações compromissadas feitas pelo BC.

Com a aprovação de lei que altera a contabilização dos resultados do BC, no entanto, essa fonte deve deixar de contribuir para o aumento do colchão. “Não dá para afirmar que vai diminuir o colchão, mas não vamos ter essa ajuda que tivemos no passado”, explicou um técnico, acrescentando que, com o avanço das reformas, a tendência é trabalhar com um colchão da dívida mais reduzido.

Assim como em anos anteriores, o Plano Anual de Financiamento (PAF) de 2019 tem informado que o colchão da dívida seria suficiente para pagar vencimento, pelo menos, dos próximos seis meses, nível considerado confortável para a gestão do endividamento público. O cálculo do colchão de liquidez entre 2015 e 2018 foi feito com base nos dados da Conta Única da União e os vencimentos previstos para cada ano. Um técnico do governo ponderou que esse montante é uma “proxy”, já que os dados são sigilosos para não atrapalhar a estratégia de gestão da dívida traçada pelo Tesouro.

“É uma aproximação. Está crescendo e está confortável”, explicou. “Dez meses é uma boa referência. Estamos caminhando para ter algo em torno de oito e 10 meses”, complementou. Mas a avaliação, dentro do governo, é de que o patamar não é excessivo até porque 75% da dívida interna vence em cinco anos, ou seja, os vencimentos ainda são concentrados no curto prazo.

O tamanho da colchão da dívida é visto como positivo pois dá maior autonomia para o Tesouro atravessar momentos de incerteza e não tem impacto fiscal. No ano passado, com as incertezas provocadas pela disputa presidencial, o Tesouro fez leilões extraordinários e recomprou títulos.

Para o ex-secretário do Tesouro Nacional e economista-chefe do Banco Safra, Carlos Kawall, a preocupação seria ter uma reserva num patamar baixo, o que poderia elevar muito o custo de emissão do governo. Outro economista destacou que considera adequado um colchão de seis meses de vencimento e que o patamar mais expressivo não foi uma estratégia do Tesouro e sim algo involuntário devido à queda dos juros. “Não acredito que foi uma estratégia deliberada e sim consequência da conjuntura”, ressaltou uma fonte.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

---

### LINK PATROCINADO

Bariátrica em cápsula seca a gordura, tira o inchaço e vira febre em Salvador  
PHYTOPHEN CAPS

### LINK PATROCINADO

Anti ronco simples e barato chega ao Brasil



|                  |                  |
|------------------|------------------|
| Veículo: O Globo | Online           |
| Data: 17/09/2019 | Coluna: Economia |



## Guedes diz que governo vai liberar até R\$ 14 bilhões do Orçamento

Ministro diz que arrecadação surpreendeu nos últimos dois meses e espera que economia comece a reagir

**Marcello Corrêa**

17/09/2019 - 22:15 / Atualizado em 17/09/2019 - 22:27

BRASÍLIA – O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse nesta terça-feira que o governo deve liberar até R\$ 14 bilhões do Orçamento na próxima sexta-feira. Para uma plateia de empresários do varejo, em Brasília, Guedes disse que a arrecadação de impostos surpreendeu nos últimos dois meses e espera que a atividade econômica comece a reagir a medidas como a liberação das contas do FGTS.

Tínhamos feito um contingenciamento no início do ano, começamos a descontingenciar agora. Já vem aí R\$ 12, R\$ 13, R\$ 14 bilhões. Devem vir mais uns R\$ 8 (bilhões) por aí à frente. Já estamos conversando — disse o ministro, ao abrir o IV Fórum Nacional do Comércio, organizado pela Câmara Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL).

Mais cedo, o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, afirmou que o governo decidira **descontingenciar mais R\$ 8,3 bilhões**. Segundo ele, a decisão foi tomada na segunda-feira e o valor será distribuído entre os ministérios até o início da próxima semana.

No início do ano, o governo **bloqueou mais de R\$ 30 bilhões** em despesas públicas, por causa da frustração de receitas. O anúncio oficial sobre quanto desse valor será liberado está marcado para a próxima sexta-feira.

Guedes disse ainda que espera que a [reforma tributária](#) seja aprovada ainda neste ano. Durante o discurso de uma hora, elogiou a adoção de um imposto sobre movimentações financeiras, nos moldes da CPMF — ideia que já foi descartada pelo presidente Jair Bolsonaro.

Apesar dos elogios, o ministro confirmou que a proposta foi deixada de lado e disse que o ex-secretário especial da Receita Federal Marcos Cintra “morreu em combate”.

- Queríamos inclusive reduzir bastante as alíquotas. Por isso que estávamos considerando um imposto sobre transações, porque isso permitiria que em vez de ficar com 25% de IVA (imposto unificado sobre bens e serviços), poderia cair para 15%, 14%. Da mesma forma o Imposto de Renda poderia cair dramaticamente se tivéssemos um imposto sobre transações. Poderia reduzir inclusive os encargos trabalhistas, puxar de 20% para 13%. E isso compensaria bastante o comércio e o lojista — afirmou o ministro, interrompido por aplausos dos empresários.

Guedes, no entanto, disse que a ideia não estava em pauta. O ministro disse que sua equipe está diante de um “enigma” para descobrir como reduzir a contribuição sobre salários sem uma “nova CPMF”.

— Isso tudo nós estávamos analisando. Evidentemente que quando as pessoas falam CPMF, o presidente fala: “CPMF, não”. Mas, para que não haja mal entendido, morreu em combate nosso valente Cintra — afirmou Guedes.

|                  |                  |
|------------------|------------------|
| Veículo: O Globo | Online           |
| Data: 18/09/2019 | Coluna: Economia |



## **Plano de cargos da Uerj pode ser revisto pelo Estado para evitar saída do Regime de Recuperação Fiscal**

Secretário de Fazenda diz que alternativa é conseguir nova fonte de receita para arcar com as despesas criadas por lei sancionada no ano passado

**Luiz Ernesto Magalhães e Marcello Corrêa**

18/09/2019 - 04:41

RIO — O secretário estadual de Fazenda, Luiz Claudio Rodrigues de Carvalho, disse nesta terça-feira que o estado poderá rever a Lei 8.267/2018, sancionada pelo ex-governador em exercício Francisco Dornelles em 27 de dezembro (a uma semana de deixar o cargo), que criou novas regras para o plano de cargos dos professores da Uerj. A medida — que exigiria a aprovação de uma outra lei pela Assembleia Legislativa (Alerj) — seria adotada para evitar o risco de exclusão do Rio do Regime de Recuperação Fiscal. Uma outra opção é o governo arrumar uma nova fonte de receita para arcar com as despesas criadas com a lei.

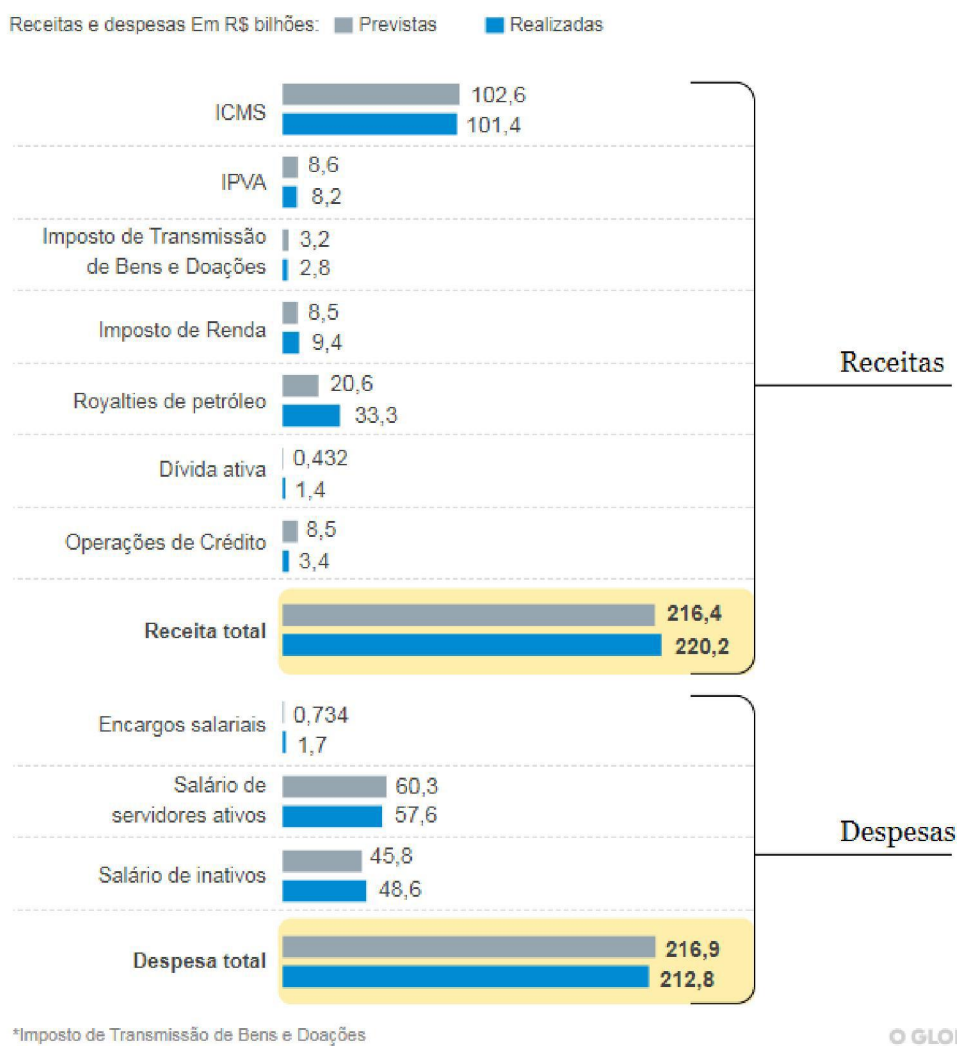
Na semana passada, o Conselho de Supervisão, que faz o monitoramento da execução do plano, deu prazo até o dia 3 de outubro para que o estado indique como compensará as novas despesas com a Uerj. Se não o fizer, o órgão emitirá um parecer recomendando a saída do Rio do ajuste. Carvalho disse não acreditar na quebra do acordo com a União. Na opinião dele, o Ministério da Fazenda aceitará os pedidos de revisão encaminhados pelo governo em junho.

O relatório, relativo ao mês de julho, mostra ainda que algumas receitas importantes para o estado ficaram abaixo da meta prevista no acordo com a União. A arrecadação acumulada de ICMS (janeiro de 2017 a julho de 2019),

por exemplo, foi R\$ 1,2 bilhão inferior ao que se esperava. Por outro lado, receitas com royalties de petróleo subiram R\$ 13,3 bilhões, mas estão sujeitas a variações, como alertou o próprio relatório.

### Prestação de contas

Os dados analisados pelo Conselho de Supervisão, que fiscaliza o Regime de Recuperação Fiscal, no período de janeiro de 2017 a julho de 2019



O secretário de Fazenda argumenta que o plano foi assinado em um cenário com projeções de um ritmo mais acelerado do crescimento da economia brasileira — e, como consequência, também do Rio —, o que acabou não se concretizando. O estado não divulgou o impacto exato da nova política salarial da Uerj. No projeto encaminhado à Alerj em 2018, Dornelles argumentou que se tratava de uma medida que não aumentaria a folha de pagamento de imediato. O que geraria despesas — uma série de benefícios

para os professores em regime de dedicação exclusiva — só seria implantado após o fim do regime de recuperação. Mas o Conselho de Supervisão questiona a medida.

|                         |                   |
|-------------------------|-------------------|
| Veículo: Política Livre |                   |
| Data: 18/09/2019        | Caderno: Economia |



## **IPC-Fipe sobe 0,13% na 2ª quadrissemana de setembro**

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que mede a inflação na cidade de São Paulo, subiu 0,13% na segunda quadrissemana de setembro, desacelerando em relação ao aumento de 0,29% observado na primeira quadrissemana deste mês, segundo dados publicados hoje pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe). Na segunda leitura de setembro, três dos sete componentes do IPC-Fipe avançaram com menos força ou ampliaram deflação. Foi o caso de Habitação (de 0,81% na primeira quadrissemana para 0,59% na segunda quadrissemana), Transportes (de 0,23% para 0,17%) e Alimentação (de -0,02% para -0,54%).

Por outro lado, os demais itens subiram com maior vigor ou passaram a mostrar inflação: Despesas Pessoais (de -0,04% para 0,05%), Saúde (de 0,41% para 0,61%), Vestuário (de -0,15% para 0,05%) e Educação (de 0,05% para 0,09%). Veja abaixo como ficaram os componentes do IPC-Fipe na segunda quadrissemana de setembro:

- Habitação: 0,59%
- Alimentação: -0,54%
- Transportes: 0,17%
- Despesas Pessoais: 0,05%
- Saúde: 0,61%
- Vestuário: 0,05%
- Educação: 0,09%
- Índice Geral: 0,13%

*Estadão Conteúdo*